

ENTRE JORNALISMO, LITERATURA, CIÊNCIA: POTENCIALIDADES PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Aline Gastardeli Tavares da CÂMARA¹

RESUMO: Neste artigo, apresento as discussões iniciais da minha pesquisa de mestrado. A proposta da minha pesquisa é intensificar e explorar novas possibilidades de pensamento no campo da divulgação científica, a partir de conceitos literários e filosóficos. Pressuponho que ao expandirmos, dispersarmos, multiplicarmos a divulgação científica em explorações da expressão literária, possamos potencializar a estética como movimento político de resistência. E se a estética, o estilo e a sintaxe fossem pensadas como produtoras de novos sentidos, multiplicadoras de possibilidades de ciências, que contribuições tais pensamentos por entre escritas, literatura, ciências e jornalismo poderiam trazer para o campo da divulgação científica? Neste primeiro ano de pesquisa, dediquei-me a pensar sobre o jornalismo, o jornalismo científico e o jornalismo literário e são esses pensamentos que apresento aqui.

Palavras-chave: Jornalismo, Jornalismo Científico, Jornalismo literário

ABSTRACT: In this article, I present the initial discussions of my master research. The purpose of my research is to intensify and explore new possibilities of thinking about science diffusion, according to literary and philosophical concepts. I assume that by expanding, dispersing, multiplying the science diffusion and also exploring the literary expression, we can put into light the aesthetics as a political movement of resistance. And what would happen if the aesthetics, its style and syntax were thought as new meanings producers, I mean, multipliers of science possibilities, what contributions could these thoughts among writing, literature, science and journalism bring to the scientific diffusion? In this first year of research, I devoted myself to think about journalism, science journalism and literary journalism and these are the thoughts I present here.

Key-words: Journalism, Scientific journalism, Literary journalism

1. Jornalismo

No jornalismo, a escrita está presa. Livros e manuais ditam o que pode ou não pode ser a escrita da comunicação. Técnicas, regras, listas, definições estão aí para fechar os significados, os sentidos, os efeitos do jornalismo. Objetividade, atualidade, neutralidade, transparência, concisão, rapidez. Ditam o que deve ou não deve ser feito, o que é preciso ser/ter para ser jornalismo. É preciso transmitir o real. É preciso ter compromisso com a verdade. É preciso ser simples, claro e direto. É preciso ser preciso. No jornalismo científico, as ditas “técnicas de redação” unem-se a necessidade científica de transmitir para a sociedade suas pesquisas, estudos, descobertas, a verdade científica sobre nossas vidas e sobre o mundo.

Técnicas, regras, definições atribuídas e associadas ao jornalismo são tão disseminadas e divulgadas na/pela sociedade que acabaram tornando-se clichês. Mesmo que não haja mais tantos defensores das técnicas jornalísticas, esses clichês ainda se espalham por manuais,

¹ Mestranda do curso de Divulgação Científica e Cultural (MDCC) do programa interdisciplinar do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor), ambos da Universidade Estadual de Campinas. Recebe apoio financeiro da agência Capes e participa do projeto de pesquisa “Escritas, imagens e ciências em ritmos de fabulação: o que pode a divulgação científica?” (CNPq).

livros, jornais, revistas. Discuto, a seguir, alguns conceitos que parecem centrais nas reflexões sobre o jornalismo, na tentativa de desestabilizar esses clichês, de problematizar a concepção de linguagem desse modelo tradicional de jornalismo e de questionar a (im)possibilidade de escrita de um texto que seja objetivo, neutro, transparente. Em um segundo momento do artigo, apresento um pouco da discussão sobre o jornalismo literário, considerado – e sempre lembrado – como uma nova possibilidade de escrita jornalística.

1.1 Linguagem

Ao tentar compreender melhor o processo de leitura e construção de sentidos, a AD (ORLANDI, LAGAZZI, 2006) desestabilizou uma concepção de linguagem na qual os sentidos estavam presos nas palavras, nos textos, eram fixos, imutáveis e seriam únicos para qualquer sujeito, em qualquer contexto histórico, social, político etc. O sentido não está nas palavras, nos textos, mas na relação destes com sua exterioridade, nas condições em que são produzidos e interpretados. Em vez de conceber a linguagem enquanto sistema fechado, viu-se a necessidade de se pensar em uma linguagem que não está isolada, mas é interpelada pelos sujeitos, pela história e pela ideologia. O processo de leitura não é mais visto como um processo de decodificação ou identificação de sentidos já-dados, mas sim como um constante processo de interpretação e construção de sentidos – a interpretação é constitutiva da língua.

A linguagem é não-transparente, heterogênea, sujeita a falhas, deslizos, equívocos. É descontinuidade, incompletude, falta, contradição. É não-transparente, pois na interpretação está sempre relacionada à sua exterioridade. A transparência é apenas um efeito decorrente, principalmente, da ilusão da literalidade, pensamos que uma palavra tem um sentido independente de seu uso (ORLANDI, 1999). Mas, a palavra significa pela sua historicidade.

A historicidade da linguagem afasta, ao mesmo tempo, dois mitos: aquele da univocidade absoluta, identificável com o sonho da transparência, e aquele da indeterminação absoluta em que não seria possível atribuir qualquer significação a uma expressão fora de seu contexto. Entre os dois extremos está o trabalho dos sujeitos como atividade constitutiva (GERALDI *apud* ZAMBONI, 2001, p.9).

Em vez de transparência, opacidade. Não há relação direta entre palavras e coisas no mundo, pois no meio do caminho há sempre o histórico, o sujeito, o ideológico. Interpretar não é olhar através da palavra para encontrar seu sentido, é preciso passar por esse caminho para construí-lo. E até chegar lá, passamos por atropelos. Nessa linguagem que não é homogênea, nem clara, nos perdemos. Não conseguimos ver. As palavras nos confundem e falhamos. Não interpretamos. Algo nos falta e nos impede de seguir, ou é justamente na falta

que conseguimos significar.

1.2 Sujeito

Embora o sujeito seja parte importante da produção discursiva, não podemos considerar que todo processo de interpretação depende principalmente ou exclusivamente dele, como se fosse possível interpretar qualquer sentido para qualquer texto, como se qualquer significação dependesse apenas da intenção e da subjetividade de quem a interpreta. Isto porque as noções de sujeito e subjetividade adquiriram um significado diferente e não se relacionam mais a ideia de um sujeito centrado, unificado, dono de si, pois “O sujeito para a AD é (...) Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas aquele apreendido num espaço coletivo (CARNEIRO, 2008, p.31).

O sujeito produz discursos, mas em seus discursos ecoam outros dizeres, outras memórias. O outro é constitutivo. O dizer não é nossa propriedade particular e as palavras não são nossas. O sujeito interpreta e significa, mas essas ações são moldadas, direcionadas, interpeladas, controladas pela história, pelo social, pela ideologia. Essa descontinuidade discursiva invalida o sujeito enquanto unidade, as descontinuidades “são cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e funções” (FOUCAULT, 2009, p.58).

Ao discutir questões de subjetividade e jornalismo, Burrowes (2006) retoma Guattari e a noção de subjetividade em processo, que o autor chama de “subjetividade capitalística”, uma noção que não se baseia na concepção de sujeito fundamental, individual.

É a noção de uma subjetividade dinâmica, coletiva, imersa no cotidiano e que supõe a articulação de múltiplos elementos heterogêneos. Participam dessa produção materiais semióticos (linguagem, escolas, artes, ciência, religião, etc.) e também corpos (natureza, arquitetura, ferramentas, máquinas, equipamentos, etc.) – o que Guattari chamou, no conjunto, de “ambiente maquínico”. Sendo que tal processo é duplamente descentrado em relação ao nível pessoal, pois inclui instâncias que o ultrapassam, por um lado, na direção dos grandes sistemas sociais e, por outro lado, na direção de percepções e afetos, sistemas biológicos e orgânicos. A conexão entre a diversidade dos elementos tanto se pode realizar de forma reprodutiva de modelos, como de forma criativa, singular (...) (p. 89).

Burrowes diz que a subjetividade capitalista vai cada vez mais longe, percorre distâncias e se impõe como modelo ou padrão. Ao mesmo tempo em que a subjetividade se articula na heterogeneidade, pois somos interpelados por tudo aquilo que nos é exterior, ela tem se tornado cada vez mais homogênea, pois o capitalismo e a globalização têm

homogeneizado a comunicação, todos temos acessos às mesmas notícias, as mesmas histórias, as mesmas memórias. É uma subjetividade cada vez mais não-subjetiva, visto que é constantemente interpelada por questões que estão fora do sujeito e do seu alcance.

1.3 Realidade

Ao apostar em questões como uma linguagem representativa e transparente, a possibilidade de neutralidade, de transmitir informações de maneira objetiva; o jornalismo constrói para si uma aparência de objetividade. Embora essa objetividade “pura” seja improvável, a aparência de objetividade tem consequências, pois cria um “efeito de real” que faz a mídia parecer espelho da realidade. Quanto mais objetiva e neutra a notícia parece, mais o leitor acredita nela, mais ela parece um “mero reflexo da realidade” (BARRO FILHO, 1995). Esconde-se todo um processo. Toda notícia é fruto de escolha(s): que acontecimentos irão virar notícia, quem escreverá a notícia, quem será ouvido, o que será escrito/dito, o que será suprido etc. E estas escolhas são cada vez menos do jornalista, do jornal. Ambos fazem parte de um sistema maior, que torna cada vez mais homogêneo os textos que nos cercam. Podemos abrir vários jornais, revistas, acessar sites diferentes e vamos nos deparar com praticamente as mesmas notícias com pouca (ou nenhuma) variação. Acreditamos que os jornais esforçam-se por nos fornecer informação de qualidade, notícias reais, mas não sabemos que, atualmente, o esforço maior dos meios de comunicação é angariar financiamento através de publicidade.

A vocação para atingir simultaneamente um grande número de pessoas das mais diversas origens, que a princípio seria uma potencialidade, torna-se uma necessidade vital, pois é a porcentagem de público atingida que garante o afluxo das verbas de publicidade. Assim, o critério de legitimação pela maioria passa a afetar a escolha do que se vai mostrar: é preciso evitar tudo o que possa causar desconforto e dificultar ou interromper a circulação. Como fazê-lo? Simplificando-se as questões, aparando-se as arestas, oferecendo-se informações digeridas (BURROWES, p.86).

O jornalismo, e os meios de comunicação como um todo, estão inseridos num agenciamento maior, no qual, entretanto exercem um papel importante: como atratores, repetidores e aceleradores de fluxos de desejo. (BURROWES, p.94)

A repetição acaba por reforçar o efeito de objetividade, se todos falam sobre o mesmo acontecimento, da mesma maneira, com as mesmas informações, esse discurso torna-se a verdade, a realidade que vamos encontrar ao sair na rua. No jornalismo científico essa crença na capacidade que o jornalismo teria de transmitir a verdade é intensificada, pois soma-se a ela a ideia de que a ciência é produtora e detentora de verdades, pois “Compartilhamos e

cultivamos (...) a crença de que a verdade da ciência não comporta versões, dado ser a ciência justamente o método mais perfeito desenvolvido pelo homem para a apreensão da verdade sobre tudo no mundo” (TEIXEIRA, 2002, p.134). As notícias e reportagens sobre ciência adquirem, assim, uma veracidade irrevogável, assegurada pela objetividade e fidelidade jornalística e pela verdade científica.

No entanto, pulsam outras possibilidades de pensamento, em que a linguagem não se constitui numa mera ferramenta de transmissão de informações e expressão dos pensamentos sobre o mundo, mas num problematizador e criador de mundos. A linguagem não seria um meio de expressão do real, mas um caminho através do qual conseguimos alcançar aquilo que acreditamos ser a realidade ou a verdade.

Para Chillón (1998), conhecemos o mundo à medida que o *empalabramos* e o mundo só adquire sentido quando o (re)criamos linguisticamente. O autor retoma Nietzsche para dizer que isso que comumente chamamos de realidade é apenas um lugar comum, isto é, por uma convenção acreditamos e afirmamos que existe uma realidade única e objetiva e que é possível acessá-la e conhecê-la. Acreditamos que “ahí afuera existe una Realidad dada, objetiva, externa e inamovible, y aquí adentro unos sujetos capaces de reproducirla mediante el pensamiento y de comunicarla mediante el lenguaje”² (p. 71). No entanto, não existe uma realidade objetiva, já dada, mas sim múltiplas realidades, múltiplas experiências que passam a existir e ganham sentidos à medida que são verbalizadas e a comunicação seria o ato de tornar comum, via enunciados, essas experiências.

1.4 Verdade

A busca pela verdade é ao mesmo tempo razão e consequência do sistema que rege a escrita do jornalismo. Para que seja possível controlar o discurso jornalístico e os seus sentidos, é preciso controlar a produção desse discurso. Foucault afirma que “em toda sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2009, p.9). No jornalismo, esse controle se efetua nas/pelas técnicas de redação, manuais, tentativas de se apagar a voz do jornalista e do jornal, constante afirmação da objetividade e neutralidade jornalística, do seu compromisso com a veracidade dos fatos. Todas essas informações/afirmações tentam controlar os sentidos que serão atribuídos às notícias, guiando

2 "aí fora existe uma Realidade dada, objetiva, externa, imóvel, e aqui dentro sujeitos capazes de reproduzi-la através do pensamento e de comunicá-la através da linguagem".

nossas interpretações. Além disso, há a presença constante da *interdição*, que dita quem pode dizer, como pode dizer, sobre o que pode dizer... “qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009, p.9). No campo da divulgação da ciência essa interdição aparece bem forte, pois a todo momento questiona-se: afinal, quem pode falar sobre ciência? Apenas os cientistas? Um jornalista seria capaz (poderia, teria o direito) de falar sobre ciência? E o público (considerado leigo)?

Uma outra forma de controle do discurso discutida por Foucault é a *separação* que diz respeito aos discursos que podem circular. Embora tenhamos a crença de que o jornalismo retrate a realidade, simplesmente desconsideramos que muitos acontecimentos ficam fora dos jornais. No jornalismo científico há uma ênfase na performance genial de cientistas e centros de pesquisas, nas aplicações da ciência em nossas vidas e na sua suposta missão de encontrar uma resposta para todos os problemas. A ciência tem sempre razão e ao jornalismo só resta falar bem dos feitos científicos, transformando-se, muitas vezes, em mera propaganda da ciência (TEIXEIRA, 2002). Não há espaço para dúvidas, questionamentos, outros pontos de vista, porque não conseguimos discordar da “verdade científica”.

E o que é a verdade, tão presente nos discursos jornalístico e científico? Foucault diz que a questão não é mais quais enunciados são verdadeiros, mas quais são aceitos como verdade. A oposição entre verdadeiro e falso cria as bases para uma forma de controle do discurso, que atravessa as outras, a *vontade de verdade*. Assim como boa parte dos sistemas de controle e exclusão, ela se apoia em instituições e é conduzida pela forma como o saber é distribuído, repartido e valorizado na sociedade. A ciência sempre foi o discurso da verdade e por isso há tanta resistência contra novas possibilidades de divulgação científica, de escrita científica. Não se pode pôr em risco o estatuto de verdade da ciência e por isso ela precisa se associar aos efeitos de objetividade e de realidade para continuar controlando seus saberes.

Assim só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade (FOUCAULT, p.20).

Ninguém consegue questionar o saber científico e jornalistas tentam se apagar, se anular, dos seus textos. Não são eles que falam, mas a própria ciência. Não enxergamos a maquinaria que controla os discursos que chegam até nós e apagam muitos outros pelo meio do caminho. Quando abrimos um jornal, acreditamos estar diante da mais verdadeira e completa realidade.

Como escapar da mediação pelo signo que nos aprisiona ao âmbito da representação (BURROWES, p.91)? Como contornar a maquinaria que controla os discursos? Como desestabilizar os clichês que moldam nossas interpretações sobre jornalismo e ciência?

Talvez possa acontecer, em quaisquer dos meios, que um elemento se desprenda produzindo atrito, estranheza, singularidade embora não seja o que presenciamos com mais frequência. O efeito de repetição e redundância, resultante da coexistência de todos os meios de comunicação, uma tremenda balbúrdia, congestiona o espaço e tende a sufocar as pequenas vozes que se poderiam infiltrar nesse ambiente e abrir uma linha de fuga, estabelecer uma ponte para universos e territórios distantes, inusitados (BURROWES, p. 95).

Talvez um atrito possa surgir no campo da comunicação e desestabilizar as bases que se apoiam na representação, na repetição, nas oposições (objetivo-subjetivo, verdadeiro-falso). Talvez uma voz possa irromper a redundância e abrir um espaço entre jornalismo e ciência. E se esse elemento desprendido fosse a literatura? Ela nos possibilitaria escapar às lógicas comunicacionais e informacionais, fazendo emergir novas potências, novas possibilidades de escrita quando o assunto é comunicação e ciência?

Compartilho com o projeto “*Escritas, imagens e ciências em ritmos de fabulação: o que pode a divulgação científica?*” (CNPq)² a aposta de que produções na interface entre artes, ciências e filosofia têm a potência de esvaziar os clichês, desestabilizar as significações já dadas das ciências e produzir novas possíveis conexões entre jornalismo e literatura. Insiro minha pesquisa entre estudos e discussões sobre essa possibilidade de escrita produzida na interface entre jornalismo e literatura, comumente denominada de jornalismo literário (JL).

2. Jornalismo e literatura

Para pensarmos sobre as potencialidades da relação jornalismo e literatura, busquei entender melhor esta relação e o que surgiu – e vem surgindo – do encontro entre jornalismo e

2 Projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisadores, mestrados e alunos de iniciação científica do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor) e da Faculdade de Educação, Unicamp. Pulsa neste projeto o desejo de investigar: o que podem as imagens, textos, sons da divulgação científica? O que pode a divulgação científica, especialmente quando as imagens e textos não se restringem a explicar as coisas? Mobilizada por essas questões, a equipe de pesquisadores propõe investigar um conjunto de imagens e escritos veiculados nos mais diversos espaços-tempos de divulgação científica. Desviando, entretanto, das questões: o que essa imagem-escrita-som quer dizer. Buscas de outros fluxos e movimentos produtores e ressonadores de outros mundos outras ciências, outras escritas, outras imagens. Desejamos entender nossas pesquisas para pensar a fabulação pelas imagens e escritas e investir numa pesquisa que acontece, também, pelo estudo e análise de obras artísticas, bem como experimentação na criação de imagens e textos numa articulação entre artistas e o público em oficinas e na criação de artefatos culturais. Dentre as atividades do projeto, inclui o grupo de pesquisa *multiTÃO: prolifer-artes sub-vertendo ciências e educações*.

literatura, como a formação do gênero JL. Embora a grande fase do JL tenha ocorrido apenas na metade do século XX, as primeiras obras escritas nesta interface são muito anteriores a esse período, ainda no século XIX podemos perceber uma relação estreita entre jornalismo e literatura, entre jornalistas e literatos.

Essa relação deu-se, por exemplo, pelo fato de muitos literatos também terem trabalhado como jornalistas. No Brasil, no final do século XIX, muito literatos trabalharam nos jornais, como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis, que inclusive começou sua vida profissional nos jornais para depois dedicar-se a literatura. Eles buscavam no jornalismo uma forma de sobrevivência, pois não era possível manter-se financeiramente apenas com o trabalho literário, além de ganharem notoriedade ao terem seus textos publicados com grande frequência pelos jornais. Os literatos levaram sua experiência com a literatura para dentro das redações e era de se esperar que os textos publicados nos jornais comesçassem a apresentar características literárias, como o trabalho estilístico dado aos textos, por exemplo. Além disso, gêneros como a crônica e o conto tornaram-se mais presentes nos jornais brasileiros. Vale também ressaltar que a contribuição do jornalismo para a literatura brasileira nesse período foi imensa, pois a publicação dos folhetins pelos jornais permitiu que a literatura alcançasse um público maior e mais diverso. Os folhetins e o jornalismo contribuíram muito para a expansão e para o fortalecimento da literatura nacional.

No século XX, muitos literatos continuaram dividindo seu trabalho entre jornais e literatura, como Olavo Bilac e João do Rio, que é sempre lembrado quando o assunto é a produção de textos na interface entre jornalismo e literatura. De acordo com Bulhões (2007), João do Rio é considerado um dos jornalistas-escritores brasileiros que melhor conseguiu unir o trabalho investigativo do jornalismo ao trabalho estilístico da literatura. Seus textos oscilavam entre a reportagem e a crônica e conseguiam retratar as mudanças sociais que aconteceram no Rio de Janeiro, no início do século XX, um dos motivos pelos quais ele é considerado um dos iniciadores do jornalismo investigativo do Brasil.

Esse compromisso em compreender e retratar a realidade, tão presente no JL, especialmente na reportagem e no livro-reportagem; também era um dos objetivos principais do romance realista e naturalista do século XIX e Pereira-Lima (2009) acredita que o realismo teve grande influência na formação do JL. Escritores desse movimento literário escreveram obras que uniam um intenso trabalho com a linguagem, característico das obras literárias, ao trabalho de pesquisa e construção do real, característico do jornalismo, como Émile Zola, Honoré de Balzac e Ernest Hemingway. Para Bulhões, a postura quase documental dos romances realistas e naturalistas, que tanto primavam pela observação e captação da realidade

social, deixou um repertório potencial para a escrita das reportagens jornalísticas.

Todos esses acontecimentos – e muitos outros que não foram citados – propiciaram um estreitamento cada vez maior entre jornalismo e literatura e possibilitaram pensamentos sob a possibilidade de se unir jornalismo e literatura na escrita, especialmente, de reportagens. No entanto, o hibridismo textual dos textos produzidos nessa interface não era classificado nessa época como JL, isto é, não se dizia que essas obras eram jornalísticas e literárias ao mesmo tempo, comumente elas eram categorizadas dentro de apenas um desses gêneros – ou como jornalismo, ou como literatura. De acordo com Pereira Lima (2003), até 1920/1930 a prática do que hoje chamamos de JL foi espontânea e individual e não existia uma “escola do jornalismo literário”, por exemplo, e o uso de recursos literários acontecia por necessidade de cada jornalista. Depois desse período, houve um aumento no número de reportagens escritas com características literárias, especialmente nos EUA. Em 1946, a *The New Yorker* publicou a reportagem *Hiroshima*, escrita por John Hershey, a qual é considerada o marco inicial do JL. No entanto, o momento de maior notoriedade e influência do JL aconteceu apenas duas décadas depois, com o movimento do *New Journalism*.

2.1 *New Journalism, a retomada do jornalismo literário*

Na década de 1960, alguns jornalistas americanos começaram a sentir a necessidade de mudar o tipo de jornalismo produzido no país. Como afirma Wolfe (2005), havia uma grande insatisfação dos profissionais da imprensa com as regras de objetividade, eles não queriam mais continuar produzindo textos tão presos a regras e padrões que tiravam a liberdade de escrita dos profissionais e não propiciavam nenhum tipo de prazer aos leitores. Essa insatisfação propulsionou o movimento do *New Journalism*, que surgiu pelo instinto e pela necessidade de mudança. Esse movimento retomou as relações entre jornalismo e literatura, inserindo o JL nas discussões sobre comunicação. De acordo com Wolfe, a ideia básica do movimento era substituir o tom bege pálido que caracteriza a imprensa objetiva, por um texto mais estético, escrito com a utilização de recursos presentes nas obras literárias.

Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor (WOLFE, 2005 p. 28)

Para Pena (2006), além da prisão criada pelas regras jornalísticas, outro fator importante para a retomada do JL foi a banalização do jornalismo tradicional. Segundo ele,

O que deveria ser uma profissão ligada às causas da coletividade vem se transformando, salvo raras exceções, em um palco de futilidades e exploração do grotesco e da espetacularização. Revistas de fofocas, tablóides e até a chamada grande mídia estão entorpecidas pela busca de audiência e dos patrocinadores. (p.13).

Pela falta de compromisso social, o jornalismo não estava atento ao turbilhão de mudanças sociais, políticas, econômicas, comportamentais e culturais que aconteciam no mundo nesse período. Se por um lado o modelo tradicional de jornalismo, reduzido a banalizações e notícias informativas, não conseguia abranger toda essa complexidade cultural e social em seus textos, por outro lado, a literatura havia abandonado os ideais realistas e já não buscava mais compreender e retratar a sociedade, as mudanças sociais não mobilizavam os romancistas. O *New Journalism* inseriu-se nesse contexto, propondo que o jornalismo retomasse algumas características do realismo na escrita de reportagens e esse compromisso com o real e com o social tornou-se uma das principais características do JL.

Wolfe destaca alguns dos recursos responsáveis pela definição dessa estética jornalística e, de acordo com ele, ao longo dos anos 60, os jornalistas começaram a descobrir que “Talvez fosse possível escrever jornalismo para ser... lido como romance” (p.19). Perceberam que existia certa proximidade entre o romance realista e a reportagem, pois ambos pretendem observar a realidade para descrevê-la e representá-la através de personagens e histórias que assumam um papel de universalidade e que retratem os modos de vida de uma sociedade ou de uma época. Diante disso e inspirados por obras e autores do realismo, os jornalistas passaram a utilizar na escrita das reportagens alguns dos recursos literários presentes nos romances, para causar no leitor o efeito que apenas o realismo tinha conseguido: colocar o leitor no lugar do personagem, fazê-lo sentir sua alegria, suas angústias, seus sentimentos. Dentre esses recursos, Wolfe destaca quatro: registrar cena a cena; registrar diálogos completos; utilizar o ponto de vista da terceira pessoa; registrar e narrar uma história e não apenas contar fatos, trata-se de registrar ações, gestos, modos, costumes, olhares e comportamento dos personagens, qualquer gesto ou detalhe simbólico que possa caracterizá-lo. Pena também traz algumas características que a ajudariam a definir o JL, são sete temas que ele julga serem essenciais para que um texto possa ser classificado dentro dessa vertente. São eles: 1) Potencialização dos recursos do jornalismo, 2) Ultrapassagem dos limites do cotidiano, 3) Visão ampla da realidade, 4) Cidadania, 5) Rompimento com o *lead* e com a objetividade, 6) Fuga das fontes primárias de informação, e 7) Abrir mão da efemeridade.

2.2 Jornalismo literário no Brasil

As relações entre jornalismo e literatura sempre foram fortes no Brasil, no entanto o JL ainda está pouco presente em nosso país. Poucos livros de JL foram publicados e não há muito espaço para textos dessa vertente em jornais e revistas. Entretanto, também não podemos dizer que não há JL no Brasil, pois desde a segunda metade do século XX, alguns espaços vêm sendo abertos para essa vertente no jornalismo brasileiro, como, por exemplo, a revista *Realidade*, considerada pelos pesquisadores da área como a melhor representante brasileira dessa nova forma de se fazer jornalismo.

A *Realidade*, lançada em 1966, tornou-se um marco no jornalismo do país. Ela rompeu com os padrões estéticos da objetividade ao dar lugar para a inovação e experimentação, produzindo textos com recursos das narrativas literárias, o que nunca tinha sido feito no Brasil. De acordo com Bicudo (2006), a revista *Realidade* criou uma nova forma de escrever e fazer reportagem no Brasil, pois suas preocupações iam muito além de apenas informar o leitor. Era clara sua preocupação com as pautas, o tratamento estilístico dos textos, a busca por personagens da vida comum e perfis humanizados, a fuga de temas imediatos e factuais.

Além da revista *Realidade*, as revistas *Caros Amigos* e *piauí* são consideradas exemplares do JL no Brasil. Bicudo acredita que, assim como a *Realidade*, a *Caros Amigos* também possui uma maneira singular de contar histórias, proporcionando o encontro entre jornalismo e literatura, rompendo com a ideia de que a linguagem jornalística precisa ser simplificada e concisa. Tal característica também pode ser encontrada na *piauí*. A ideia dos criadores da revista é fazer matérias interessantes e de leitura prazerosa, sem se prender aos padrões estéticos do jornalismo. João Moreira Salles, editor da revista, diz que eles não se contentam apenas em informar e que a preocupação da revista não é apenas com o conteúdo, mas também com a forma (NUNES, 2009).

3.2 *Jornalismo literário e divulgação científica*

Nos últimos anos, estudiosos e cientistas vêm discutindo novas possibilidades de divulgação da ciência e há uma aposta muito grande na divulgação produzida na interface entre ciência e arte. Dentro dessa nova perspectiva, há discussões sobre os textos de divulgação produzidos na interface entre jornalismo e literatura, isto é, o JL estaria contribuindo para a formação de novos pensamentos no campo da comunicação da ciência.

Podemos encontrar alguns estudos sobre as relações entre JL e a divulgação científica, como o trabalho de Carvalho, Passos e Nering (2008). Eles acreditam que quando a divulgação científica é feita a partir de textos que seguem os moldes do JL, há uma compreensão diferenciada da ciência, como ocorre na reportagem *The Mountains of Pi*, de

Richard Preston, pois o “uso de recursos narrativos para descrever processos de pesquisa e desenvolvimento constitui um modelo de comunicação dissonante do convencional, operando sob princípios distintos, o que permite uma representação mais complexa da ciência” (p.2).

Ao fugir do convencional e imergir os leitores nos textos, estes se tornam participantes da pesquisa e vivenciam a produção da ciência, o que contribui para compreensão pública da ciência e de seus debates e contestações. Na reportagem *The Mountains of Pi*, Preston narra o dia-a-dia dos irmãos David no laboratório, as dificuldades das pesquisas (como conseguir equipamentos, por exemplo) e dá ao leitor a oportunidade de “ver” os cientistas em ação e a ciência sendo produzida. Além disso, Preston também retratou a vida pessoal de cada um deles, construindo uma imagem mais humanística para os cientistas, que deixam de ser gênios para tornarem-se pessoas “normais”. Quebra-se, então, a distância entre leigos e cientistas e a imagem do cientista como fonte de saber e informação qualificada, que nunca deve ser contestada ou verificada. Os autores acreditam que ao narrar uma pesquisa científica indo além do simples ato de informar resultados obtidos

permite-se a formulação crítica do leitor, que pode trilhar seus próprios caminhos de raciocínio: ao apresentar-se como personagem e enunciador, o repórter não se coloca como mediador nem impõe uma verdade, tampouco o faz em relação aos cientistas, também subjetivados e sujeitos a falhas, embora essa previsão de compreensão deva mensurada futuramente em estudos de recepção (p.12).

Um outro trabalho que discute a divulgação científica produzida na interface com a literatura é o livro da física Ana María Mora (2002), intitulado *A divulgação da ciência como literatura*. A autora propõe uma discussão em torno de livros de divulgação científica que possuem características literárias. Mora diz acreditar que os recursos dos quais a divulgação científica lança mão pertencem “mais à literatura do que à ciência” e que, embora boa parte dos cientistas tenha uma posição contrária a dela, ela acha que “abordar um tema científico através do conceito criativo da literatura, no sentido de uma forma de expressão pessoal e inovadora, deve ser o ideal da obra de divulgação” (p. 8). A autora assume a posição de que a divulgação científica não é ensinar ou comunicar a ciência, ao invés disso, é compartilhá-la, é recriar o conhecimento científico e que isso se torna possível quando a ciência é divulgada como literatura, pois ao escrever fazendo uso de recursos literários, é possível ir além da simples comunicação de ideias, é possível causar nas pessoas uma emoção afetiva e estética, provocando prazer no leitor, envolvendo-o.

3. Jornalismo e literatura

O JL trouxe mudanças à concepção de jornalismo, especialmente por tentar romper com a linguagem objetiva e com estruturas como o *lead*, que tentam limitar o trabalho dos jornalistas e impossibilitam uma compreensão mais abrangente e complexa da sociedade. Esse novo modo de se fazer jornalismo colocou a narrativa no centro do trabalho jornalístico, buscando uma construção mais profunda e ampla das histórias, e substituiu a linguagem objetiva, factual e concisa do jornalismo pela linguagem trabalhada, reflexiva e estilística da literatura. No entanto, quando nos dedicamos ao estudo das obras de JL e das pesquisas sobre ele, podemos perceber que ainda há ideias e concepções a serem (re)pensadas.

Embora se posicione contra a busca por uma linguagem objetiva, o JL ainda assume o compromisso com o real, isto é, com uma linguagem que seria capaz de representar fielmente a realidade. Essa postura parece um pouco contraditória, pois os efeitos de objetividade e realidade andam sempre muito atrelados e ao se questionar a objetividade da linguagem, também se torna necessário questionar a relação desta com a realidade, sua capacidade de ser representativa. Como o movimento *do New Journalism* salientou, a própria literatura já abriu mão do realismo e nos estudos literários já não se fala sobre captação ou descrição da realidade como uma necessidade ou dever da literatura, o realismo acabou cedendo lugar para a verossimilhança. Trata-se da construção de um mundo que produza o efeito de real.

Além disso, muitas vezes a concepção de literatura e de escrita dos jornalistas literários e dos estudiosos desta vertente parece muito tecnicista. A literatura é, quase sempre, resumida a um conjunto de técnicas e recursos passíveis de serem aplicados durante a escrita de um texto ou a uma lista de características que quando presentes em um texto, o transformam em literário. As técnicas jornalísticas foram substituídas por uma lista de técnicas literárias e o jornalismo continua em uma “prisão linguística”. Além disso, insiste-se no papel que a literatura teria de tornar os textos mais bonitos e agradáveis de ler e questiono se a literatura, enquanto linguagem artística, resumiria-se apenas a isso. Tal postura torna-se incoerente se inserida nos estudos literários, pois há anos – senão séculos – há uma luta na tentativa de mostrar que a literatura não se resume a entretenimento e que a leitura literária vai além de um momento de diversão. Embora a literatura tenha seu lado de entretenimento, beleza e encantamento estético, ela não se resume a isso. Muitos livros já foram proibidos, confiscados, rasgados, queimados. A literatura pode ter um papel mais efetivo e político no campo da comunicação, desde que compreendamos melhor sua potencialidade.

A partir das discussões e pensamentos construídos até o momento, minha proposta de pesquisa é pensar na literatura não como um conjunto de regras aplicáveis durante a escrita ou

como pura ornamentação, mas pensar a literatura mais próxima à experimentação da matéria viva da linguagem, que nos provoca/convida a criar, desestabilizar os sentidos já dados e restituir a força política da escrita.

E se a literatura fosse pensada não como técnica, mas como arte? As artes abrem a possibilidade de nos desassociarmos dos sentidos convencionais, do utilitarismo ao qual estamos acostumados, abrem um caminho de fuga do sistema dominante. A arte nos liberta dos sentidos do utilitarismo, que está vinculado ao clichê (ALBUQUERQUE, 2007). Os clichês moldam nossa percepção e para nos libertar os sentidos seria preciso combatê-los, inventando novas formas de sensibilidade. Através da arte, poder-se-ia criar outras formas de sentir e entender textos, imagens, ciências que escapariam ao que está dado, cristalizado pelos clichês. Para Deleuze, a literatura aparece como um “empreendimento de saúde” (1997, p.14) e o grande potencial artístico, e também literário, seria a possibilidade de criar novas formas de sentir o mundo, ao gerar deslocamentos que implicam na problematização da representação. A literatura teria a potência de “abrir novos espaços possíveis para a constituição de novas formas de subjetividade” (PELLEJERO, 2009, p.58)

Não questiono a qualidade e a potencialidade dos textos escritos e pensados dentro desta vertente, nem desconsidero a importância de todos os estudos e pesquisas desenvolvidos sobre esse tema até o momento, no entanto acredito que as relações entre jornalismo e literatura ainda precisam ser mais exploradas, pensadas, dispersadas, intensificadas etc para que a experiência literária no campo da comunicação possa ser mais potente e intensa.

4. Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Paulo G. B. Apresentação: imagem, literatura e educação. In: LINS, Daniel (Org.). **Nietzsche/Deleuze: imagens, literatura e educação: Simpósio Internacional de Filosofia, 2005**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007; Fortaleza: Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, 2007.
- BARRO FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. São Paulo: Ed. Moderna, 1995. p. 63-121.
- BICUDO, Francisco. “Caros Amigos” e o jornalismo literário. **Pluricom** – comunicação Integrada, 04 de jan 2006. Disponível em: <<http://www.pluricom.com.br/forum/201ccaros-amigos201d-e-o-jornalismo-literario>> Acesso em 13 de set 2009.
- BULHÕES, Marcelo M. **Jornalismo e Literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.
- BURROWES, Patrícia. Máquinas de dar ver e falar: jornalismo e subjetividade em nossa época. **Alceu** – Revista do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. v.7 n.13, p. 85-97, jul-dez/2006. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:

<http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=9&infolid=231&sid=25> Acesso em 18 de jan 2011.

- CARNEIRO, Eduardo A. **O Discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste**. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2008. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/banco/o-discurso-fundador-do-acre-heroismo-e-patriotismo-no-ultimo-oeste>>. Acesso em 31 de jan 2011.
- CARVALHO, Juliano M; PASSOS, Mateus Y. R. e NERING, Érica M. Ciência em construção e jornalismo literário: as montanhas de Pi. **E-compós** - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v.11, n.3, set-dez/2008. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/292/308>>. Acesso em: ago 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CHILLÓN, Albert. El “giro lingüístico” y su incidencia en el estudio de la comunicación periodística. **Anàlisis**. Quadern de Comunicació I Cultura, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, v. 22, p. 63-98, 1998. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n22p61.pdf> Acesso em: 15 nov. 2010.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. 19ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.
- MORA, Ana Maria Sanchez. **A divulgação da ciência como literatura**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência e Editora UFRJ, 2002. p. 43-64
- NUNES, Juliana R. **Revista Piauí: o jornalismo literário em função de um público consumidor exigente**. Trabalho de Final de Curso – Curso de Jornalismo, Faculdade Pitágoras, Londrina-PR. Disponível em: <http://www.ump.edu.br/midialogos/ed_02/discente/piaui.pdf>. Acesso em 27 de ago 2009.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 6ª ed. Campinas: Ed. Pontes. 1999.
- ORLANDI, Eni P; LAGAZZI, Suzy (orgs.) **Discurso e Textualidade. Introdução às Ciências da Linguagem**. Campinas: Pontes, 2006.
- PELLEJERO, Eduardo. **A Postulação da Realidade** (filosofia, literatura, política). Lisboa: Edições Vendaval, 2009.
- PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- PEREIRA-Lima, Edvaldo. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.
- TEIXEIRA, Mônica. Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil In: **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, UFRJ, 2002. p.133-141.
- WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. Trad: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.